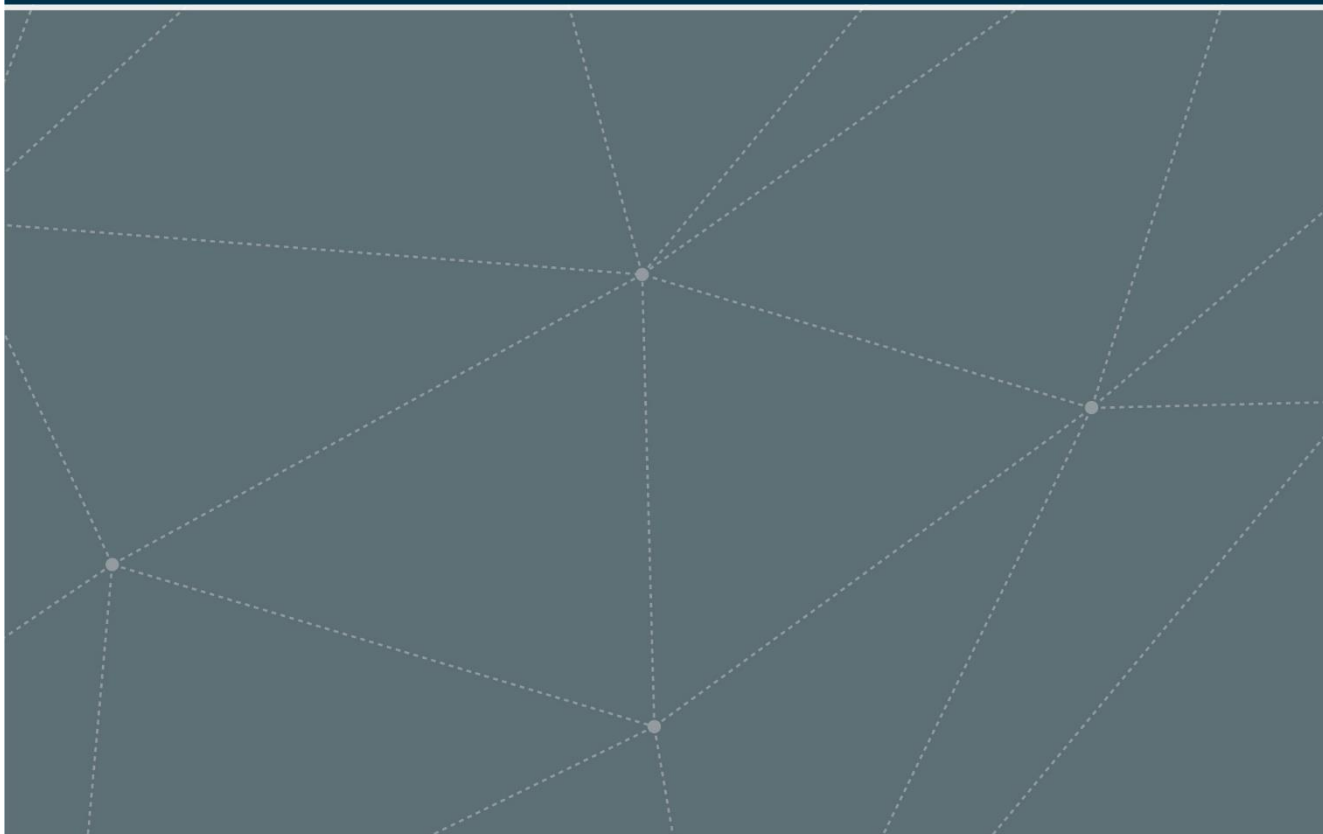




# REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Plano de Desenvolvimento Integrado

## ANEXOS



<b>ASPECTOS AMBIENTAIS – SÍNTESE DO DIAGNOSTICO DA RMG</b>	
<b>MARCO LEGAL</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Ausência de uma base de dados e informações georeferenciadas integradas na escala do município e metropolitana e de fácil acesso aos gestores e técnicos locais;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de plataformas <i>on-line</i> que poderiam ser melhor aproveitadas pelos mun.: IMB; SIEG; SIMHEGO; SNIS; DATASUS; IBGE outras.</li> </ul>
Legislações e Normas pendentes de atualização ou de elaboração (há municípios sem Plano Diretor, sem Plano de Saneamento Básico e sem Plano de Resíduos ou, quando estes planos existem, nem sempre estão disponíveis em portal eletrônico ou outro meio para acesso público);	
Os portais <i>on-line</i> das prefeituras não estão atualizados, dificultando o acesso às legislações;	
Os Planos Diretores Municipais, em quase todos os casos, não possuem capítulos, diretrizes ou orientações sobre os usos das áreas rurais e sua relação com uma perspectiva de sustentabilidade.	
<b>GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Ausência de espaços de diálogo para a problemática ambiental em nível metropolitano;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de servidores (as) nas instituições que podem atuar em temas técnicos;</li> <li>▪ Existência dos Comitês de Bacia do Rio Meia Ponte e do Rio dos Bois;</li> <li>▪ Existência de estudos sobre a bacia do Rio Meia Ponte;</li> </ul>
Muitos municípios da RMG não integram os espaços de diálogos dos Conselhos Estaduais (Meio Ambiente e Recursos Hídricos);	
As bases de dados são distintas para cada unidade territorial de planejamento, dificultando ação dos municípios com menor capacidade de gestão;	
Ausência de unidades administrativas adequadas para a gestão em saneamento e recursos hídricos nos municípios que dialoguem com os Comitês de	

Bacias;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência do Conselho Consultivo da A.P.A. João Leite e do Parque Altamiro de Moura Pacheco e João Leite;</li> <li>▪ Existência do CODEMETRO.</li> </ul>
Ausência do debate sobre saneamento no âmbito do Codemetro e em conselhos municipais;	
Ausência (ou insuficiência) dos canais de participação e controle social visando informar, formar e dialogar com as demandas, angústias e anseios da população.	
<b>USO DO SOLO</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Crescimento da mancha urbana espraiada e sem considerar as condições dos mananciais de captação de água;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possibilidade de melhor planejamento das áreas urbanas, com melhor aproveitamento das infraestruturas já instaladas;</li> <li>▪ Mapeamento refinado do uso do solo na escala 1:10.000, com base em imagens de satélite atuais;</li> <li>▪ Materiais e dados disponíveis para consulta pública no portal do LAPIG/IESA/UFG.</li> </ul>
Supressão de vegetação nas áreas urbanas e impermeabilização do solo;	
Ausência de dados e informações <i>on-line</i> nas unidades administrativas municipais disponíveis para a população;	
Informações normativas sobre o perímetro urbano desatualizadas e não condizentes com a expansão urbana real do município;	
Ausência de controle normativo ou efetivo do uso do solo urbano e rural.	
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Pouca integração dos municípios da RMG nos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH);	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de estudos e marco legal;</li> <li>▪ Existência do Comitê de Bacia Hidrográfica;</li> <li>▪ Início de algumas ações de recuperação das margens de importantes cursos d'água em alguns municípios;</li> </ul>
Ausência de ação de formação e comunicação entre os CBH e os municípios;	
Escassez hídrica associada aos conflitos de uso da água, degradação de APPs e baixa pluviosidade;	
Ausência de estudos sobre impactos das mudanças climáticas na RMG e no Estado;	

Desmatamento crescente, afetando, sobretudo, as áreas de preservação permanente;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência do Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e outras providências (Decreto nº 8.652, de 19 de maio de 2016).</li> </ul>
Existência de poucas Unidades de Conservação na RMG.	
<b>SANEAMENTO (Água e Esgoto)</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Pouco conhecimento dos municípios sobre as condições de saneamento básico local;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de Marco Legal;</li> <li>▪ Existência de prestadora de serviço estadual com visão do todo;</li> <li>▪ Início do Sistema Mauro Borges: maior disponibilidade de água;</li> <li>▪ Ampliação da vazão mínima do Rio Meia Ponte a jusante da foz do Ribeirão João Leite;</li> <li>▪ Gradativo aumento de conscientização da população;</li> <li>▪ Existência de PMSB (alguns mun.)</li> <li>▪ Início da elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico;</li> <li>▪ Desenvolvimento de ações e parcerias, por meio da FUNASA.</li> </ul>
Distinções nos atendimentos de água e esgoto entre os municípios;	
Pouco diálogo entre os municípios e a concessionária sobre saneamento;	
Não há espaço metropolitano de diálogo entre os integrantes dos sistemas de saneamento;	
Ausência de informação para a população do cenário real de atendimento e planejamento para disponibilidade de água e coleta de esgoto.	
<b>SANEAMENTO (Resíduos Sólidos)</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Ausência de disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU) em quase todos os municípios;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Marco Legal de Gestão de Resíduos Sólidos;</li> <li>▪ Plano Estadual de Resíduos Sólidos;</li> <li>▪ Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em alguns municípios da RMG;</li> <li>▪ Parceria ONGs e UFG para implantação de Coleta Seletiva;</li> <li>▪ Discussões sobre parcerias e Consórcios de Aterros Sanitários;</li> <li>▪ Estudos sobre melhor disposição de resíduos sólidos</li> </ul>
Ausência de dados e informações locais sobre o destino final dos resíduos de saúde, embora quase todos os municípios tenham um contrato com uma empresa;	
Pouca informação sobre as condições de coleta e destino final de RSU;	
Poucas ações de estímulo à redução de resíduos;	
Ausência de políticas de limpeza urbana.	

<b>SANEAMENTO (Drenagem)</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Ausência de informações sobre drenagem urbana e áreas de risco em nível municipal;	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Plano Diretor de Drenagem Urbana de Goiânia: ações sobre as águas de chuva;</li><li>▪ Divulgação de meios para aumentar a infiltração de água;</li><li>▪ Mapeamento atual refinado da rede de drenagem, esc: 1:10.000.</li></ul>
Dificuldades de acesso a informações sobre áreas de risco e atuação em casos de desastres ambientais.	

<b>ASPECTOS SOCIOECONÔMICO – SÍNTESE DO DIAGNOSTICO DA RMG</b>	
<b>CONDIÇÕES SOCIOESPACIAIS E ECONÔMICAS</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Dificuldade na mobilidade da população de municípios distantes das áreas centrais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Infraestrutura e Rede de transp. coletivo implantadas</li> <li>▪ Crescente mão de obra com maior escolaridade</li> <li>▪ Capacidade polarizadora de Goiânia; elevado mercado consumidor na RMG</li> <li>▪ Universidades; entidades públicas e privadas comprometidas com a busca de inovação</li> <li>▪ Elevado mercado consumidor na RMG; áreas agricultáveis disponíveis</li> <li>▪ Extensa área propícia à produção agropecuária e grande mercado de consumo na metrópole.</li> <li>▪ Possibilidade de articulação intermunicipal com o PDIRMG</li> <li>▪ Concentração de infraestrutura para produção na capital e nos municípios conurbados.</li> <li>▪ Setores com alta capacidade de gerar postos de trabalho de melhor qualidade</li> <li>▪ Demanda por mão de obra qualificada</li> <li>▪ Mercados de trabalho conectados</li> <li>▪ Elevada mobilidade de mão de obra</li> <li>▪ Elevada participação da iniciativa privada</li> </ul>
Elevado desemprego entre jovens	
Baixa aplicação de ciência e tecnologia pelos setores produtivos	
Falta de ambiente inovacional	
Baixa oferta de frutas e verduras por produtores locais; importação destes produtos	
Falta de programa de incentivo e formação de produtos agrícolas com maior valor agregado.	
Guerra dos lugares via incentivo fiscal e força política dos municípios com maior população ou maior poder econômico.	
Concentração de infraestrutura para produção na capital e nos municípios conurbados.	
Diferenças salariais segundo gênero e cor	
Mercados de trabalho heterogêneos	
Algumas economias atreladas a uma única atividade chave	
Criação de emprego em postos de trabalho de baixa qualidade, sem rumo profissional definido	
<b>SEGURANÇA ALIMENTAR</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>

Ausência de sistematização dos dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Boa produção da agricultura familiar</li> <li>▪ Disponibilidade de órgãos p/ suporte aos produtores</li> <li>▪ Progr estaduais de segurança alimentar e nutricional</li> </ul>
Desconhecimento da realidade da RMG	
Pouca divulgação dos programas	
Ausência de programa específico de abastecimento para	
<b>EDUCAÇÃO</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Redução de escolas da rede estadual de ensino nos municípios de maior índice populacional - Goiânia e Aparecida de Goiânia entre 2007 a 2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento do número de escolas das redes municipais de ensino da RMG de 2007 a 2014</li> <li>▪ Criação de Institutos Federais em outros municípios da RMG, descentralizando o ensino federal</li> <li>▪ Aumento de docentes na maioria das redes municipais de ensino da RMG de 2007 a 2014</li> <li>▪ Crescimento das taxas de aprovação na educação básica em todas as redes de ensino da RMG entre 2007 e 2014</li> <li>▪ Pequena taxa de distorção idade-série no município de Goiânia, 2013.</li> <li>▪ Boa parte das redes municipais de educação da RMG possuem plano de carreira para o magistério, 2014</li> <li>▪ Potencial centralidade da educação superior em Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Inhumas</li> </ul>
Redução de matrículas na rede estadual de ensino na maioria dos municípios da RMG entre 2007 a 2014	
Redução de docentes na rede estadual de ensino na maioria dos municípios da RMG entre 2007 a 2014	
Baixos índices das taxas de aprovação do ensino médio na maioria das redes de ensino da RMG entre 2007 e 2014	
Baixos índices de matrículas em estabelecimento de tempo integral na maioria das redes de ensino da RMG, 2014.	
Elevadas taxas de distorção idade-série na maioria dos municípios da RMG, acentuadamente maior no ensino médio.	
Alto percentual de professores de contratos temporários como tipo de vínculo na rede pública nos municípios da RMG	
Concentração da educação superior em Goiânia	
Alta demanda de pós-graduação pelos professores da educação básica em decorrência da falta de cursos nos municípios da RMG	
<b>CONTROLE E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE (Crimes contra a Pessoa e o Patrimônio)</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Altos índices de crimes contra a vida, especialmente homicídios, nos municípios com maior nível de integração à capital.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O poder público tem intensificado as ações no intuito de reduzir o número de homicídios.</li> <li>▪ Em 2016 o Estado lançou o pacto "Goiás pela Vida". O programa tem 5 eixos de atuação: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prevenção social,</li> <li>▪ Segurança cidadã,</li> <li>▪ Intervenção urbana e ambiental,</li> </ul> </li> </ul>
Evidente concentração espacial da violência letal nos espaços mais vulneráveis.	
Jovens pobres e negros constituem o grupo de vítimas preferenciais da violência homicida	
Baixa resolutividade dos inquéritos de crimes letais intencionais.	
Maior parte dos homicídios são perpetrados com o uso de arma de fogo.	

Escassez de ações de prevenção à homicídios e demais crimes violentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inteligência e estratégia, e</li> <li>▪ Repressão qualificada.</li> </ul>
Aumento dos crimes contra o patrimônio (roubos à residência, comércio e transeuntes)	
Elevado sentimento de insegurança da população e descrença nas ações das instituições responsáveis pelo controle e manutenção da ordem social.	
Ausência de políticas de segurança pública que envolvam a participação da comunidade (Segurança Cidadã)	
<b>GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Déficit nas estruturas físicas e nos recursos humanos das estruturas que compõem o sistema de segurança pública.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O Plano Estratégico da SSP, 2012/2022 prevê ações e estratégias que visam um aprimoramento da Gestão da Segurança Pública no Estado.</li> </ul>
Necessidade de melhoria no processo de monitoramento e avaliação do processo de gestão da segurança pública.	
Necessidade de reformulação de políticas de valorização profissional.	
Sistema prisional apresenta sérios problemas.	



<b>DESENVOLVIMENTO URBANO – SÍNTESE DO DIAGNOSTICO DA RMG</b>	
<b>EXPANSÃO URBANA</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
480 mil lotes vazios (2016) capacidade para 1 milhão e meio de hab no mínimo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio do Governo Estadual</li> <li>▪ Vontade política</li> <li>▪ Setor imobiliário forte e dinâmico</li> <li>▪ Estatuto da MetrÓpole</li> <li>▪ Instrumentos do Estatuto da Cidade                             <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar a expansão urbana</li> <li>▪ Reduzir a especulação imobiliária</li> <li>▪ Disponibilidade de áreas para políticas habitacionais</li> </ul> </li> </ul>
Área urbana maior que a necessidade: 1 mil e oitocentos km <sup>2</sup> (2016), capacidade para 10 milhões de habitantes sem contar possível adensamento e casas geminadas	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Permite loteamentos isolados por mato</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vetores de pragas, animais peçonhentos, e marginalidade</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduz a segurança pública, transporte e serviços urbanos</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espreadimento, baixíssima densidade em áreas periféricas</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixa quantidade de moradores inviabiliza construção de infraestrutura, edifícios p prestação de serviços urbanos (equipamentos), transporte coletivo e serviços de saúde, educação, assistência social. Aumenta despesa da prefeitura com a manutenção de infraestrutura e equipamentos especializados caríssimos.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Exposição de solos à degradação, diminuição de áreas produtivas para abastecimento de alimentos básicos locais</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Afeta recursos naturais e bacias dos mananciais de abastecimento de água</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Técnicos capacitados para atuação em planejamento urbano</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nem todos os municípios implantaram Planos Diretores</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Legislação municipal com instrumentos do Estatuto da Cidade mas sem aplicação efetiva dos mesmos</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Legislação relativa a parcelamento do solo bastante permissiva e não considera os estoques de terrenos existentes dentro do perímetro urbano.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Legislação de perímetro urbano municipais excessivamente expansionista sem</li> </ul>	

adequado rebatimento na capacidade de suporte de infraestrutura e serviços públicos instalados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de loteamentos clandestinos não atendendo legislação municipal</li> </ul>	
<b>USO DO SOLO</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Centralidade local com baixo estímulo ao crescimento econômico e social de cidades que não abrigam agências de serviços públicos jurisdicionados e que não possuem comércio e serviço além daquele de abrangência local, também não são consideradas polos industriais ou não contam com distritos industriais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vias de ligação entre cidades polo da RM com Goiânia, em pistas duplas</li> <li>▪ Localização estratégica da RMG em meio a ligação norte-sul e leste oeste do país</li> <li>▪ Localização privilegiada para logísticas de redes de distribuição de produtos.</li> <li>▪ Proximidade a com Plataforma Intermodal</li> </ul> <p>Políticas e Programas governamentais para a instalação e crescimento de empresas</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ausência de ações para estimular as potencialidades locais das cidades</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A busca de serviços nas cidades maiores desestimula o crescimento, a consolidação e a melhoria dos mesmos localmente, e, contribui com a economia urbana e a receita pública de outra cidade.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falta de valorização cultural das localidades.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Opção pela expansão urbana para crescimento de receitas públicas danosa para os cofres públicos no médio e longo prazo</li> </ul>	
Áreas para expansão urbana em faixas bilaterais ao longo de rodovias sem planejamento e discriminação de uso projetada para o futuro imediato conflitos entre usos de influência da rodovia, usos industriais e dificuldade para solução de incomodidades de trânsito, ambiental (pó, odores, barulho), e aeração para residências.	
Direções de expansão urbana influenciada pelos eixos rodoviários. O incentivo ao crescimento urbano baseado nessa característica linear dificulta o fortalecimento de centralidade endógena, a sociabilidade, a urbanidade e a coesão.	
A falta de política de controle de uso e expansão nos eixos rodoviários gera problemas: segurança, congestionamento, se tornou via de uso urbano inviabilizando o uso original.	

Pouca participação dos distritos industriais no volume exportado, ou o exercício de produção deslocada da sede administrativa.	
As vias com mais atividades instaladas são, por ordem de intensidade de uso, a Rodovia Federal BR 153, BR 060, e Estaduais GO 060, GO 070, GO 020.	
Instalação de atividades industriais e grandes equipamentos sem adequado monitoramento, muitas vezes atendem apenas aos aspectos iniciais de instalação.	
Uso e ocupação inadequado. Áreas frágeis.	
<b>EQUIPAMENTOS URBANOS</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Concentração dos equipamentos regionais em Goiânia	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disponibilidade de áreas (APM)</li> <li>▪ Disponibilidade de profissionais qualificados</li> <li>▪ Políticas e programas governamentais</li> <li>▪ Vontade política</li> <li>▪ Instrumentos para viabilização da construção</li> </ul>
Equipamentos socioculturais e de lazer nos municípios	
Desigualdade populacional entre municípios dificulta a localização de equipamentos regionais descentralizados	
(ênfatisando) Baixa quantidade de moradores inviabiliza construção de infraestrutura, edifícios p/ prestação de serviços urbanos (equipamentos), transporte coletivo e serviços urbanos. Aumenta despesa da prefeitura com serv.	
Planos Diretores sem definição de prazo para a solução do déficit de serv públ	
Equip urbanos devem constar de Pl. Diretores em mapas com raio de abrang	
Déficit 66.940 unidades habitacionais (urbanos + rurais)	
Déficit em: vagas na pré-escola, vagas e atendimentos na área da saúde, parques urbanos, áreas verdes	

## MOBILIDADE URBANA E METROPOLITANA- SINTESE DO

<b>DIAGNÓSTICO DA RMG</b>	
<b>BASE LEGAL</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<p>Ausência de legislação específica voltada ao tema da mobilidade urbana em nível municipal (Planos Diretores de Mobilidade e/ou inserção adequada do tema mobilidade no Plano Diretor).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Marcos legais bem definidos para o planejamento de políticas voltadas à mobilidade urbana nos níveis estadual e federal.</li> <li>▪ Lei estadual de constituição da RMG e da RMTTC vigora até os dias atuais e possibilitou a implementação efetiva de uma rede metropolitana unificada e integrada.</li> <li>▪ O Plano Diretor de Goiânia, sobre a estratégia de ordenamento territorial, adota os corredores da rede estrutural de transporte coletivo como elementos estruturadores do modelo de ocupação do território.</li> </ul>
<p>O tema mobilidade urbana não é tratado de forma consistente nos Planos Diretores municipais.</p>	
<p>A mobilidade urbana não é tratada de forma articulada pelos municípios da RMG.</p>	
<p>Ordenamento territorial do PD de Goiânia adota corredores da rede estrutural de transporte coletivo como elementos estruturadores do modelo de ocupação do território. Mais de dez anos depois, porém, pouca infraestrutura foi efetivamente implementada.</p>	
<p>Lei Estadual de Constituição da RMG e da RMTTC, elaborada em 1999, necessita ser aperfeiçoada e acompanhar as mudanças da RMG.</p>	
<b>BASE LEGAL (continuação)</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<p>Alta concentração de infraestrutura urbana e atividades apenas em Goiânia, seguida de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, mostrando um desequilíbrio de concentrações na RMG.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A RMG conta com bom provimento de estabelecimentos de ensino, postos de trabalho, equipamentos de saúde; boa oferta de serviços e espaços de cultura e lazer.</li> <li>▪ Goiânia, cidade-polo, apresenta-se como uma grande centralidade da região, concentrando empregos e</li> </ul>
<p>Centralidades sem equilíbrio, gerando grande atratividade para Goiânia, seguida de Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo,</p>	

produzindo uma rede urbana desequilibrada.	<p>atividades, seguida de Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Portes diferenciados de municípios, com vocações distintas.</li> <li>▪ Propostas existentes de estruturação de corredores exclusivos e preferenciais destinados ao TPC.</li> <li>▪ Possibilidade de intensificação de fluxos pendulares entre municípios da RMG de pequeno e médio porte.</li> </ul>
Espraiamento urbano, gerando ocupações sem infraestrutura e com baixas densidades.	
Distribuição desequilibrada da população.	
Alta intensidade de fluxos pendulares para Goiânia e Aparecida de Goiânia, sobrecarregando os sistemas de transporte e viário, principalmente em horários de pico.	
Baixa intensidade de fluxos pendulares entre municípios de porte médio e pequeno na RMG.	
Ausência de dados para planejamento (pesquisa O/D metropolitana atual).	
<b>TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Perda de competitividade do TPC em relação ao modo motorizado individual.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rede unificada e integrada que atende dezoito municípios da RMG.</li> <li>▪ Grande cobertura espacial da rede existente.</li> <li>▪ Tarifa única que favorece os longos deslocamentos e deslocamentos entre municípios.</li> <li>▪ Discussões existentes sobre a necessidade de recursos extratarifários e de constituição de um fundo para custeio do serviço e melhoria da qualidade.</li> <li>▪ Passe livre estudantil custeado pelo estado.</li> <li>▪ Idosos e deficientes transportados gratuitamente.</li> <li>▪ Goiânia já possui alguns projetos-piloto de corredores preferenciais e exclusivos.</li> </ul>
Ônibus concorre com carros e motos por espaço nas vias.	
A sociedade não compreende a importância do transporte coletivo para a melhoria da mobilidade.	
Ausência de infraestrutura para o TPC (corredores, terminais, PEDs).	
A rede de transporte coletivo não conseguiu acompanhar mudanças da RMG (dispersão das cidades e da população, novas demandas, novos desejos de viagem).	
Falta de pontualidade, principalmente em horários de pico.	

Aumento do tempo de viagem do usuário de ônibus, proporcionalmente ao aumento dos congestionamentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tecnologia empregada para planejamento e que permite mapeamento dos veículos e informação ao usuário em tempo real.</li> <li>▪ Consórcio das empresas concessionárias que facilita o planejamento e potencializa o uso de tecnologia.</li> <li>▪ Aplicativo e <i>site</i> com informação ao usuário em tempo real.</li> </ul>
Usuário custeia sozinho o TPC, incluindo gratuidades e repasse ao órgão gestor.	
Subsídio cruzado entre usuários (gratuidades e distâncias).	
Queda do número de usuários do TPC.	
<b>TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Ausência de planejamento do trânsito, tanto no âmbito municipal quanto metropolitano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sistema viário que permite acesso e integra todos os municípios da RMG.</li> </ul>
Aumento da frota e do uso de veículos motorizados individuais.	
Alto índice de acidentalidade, gerando impactos sociais e econômicos.	
Sistema viário com condições precárias (pavimentação, geometria, sinalização).	
Congestionamentos e longos tempos de deslocamentos pendulares.	
Aumento dos níveis de poluição atmosférica.	
<b>CARGA</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Falta de infraestrutura viária adequada à circulação de cargas.	Existência de projetos para facilitar a circulação da carga urbana, como o Anel Viário.

Ausência de planejamento da circulação da carga urbana.	Sistema viário que permite acesso e integra todos os municípios da RMG.
<b>SISTEMA VIÁRIO DE INTERESSE METROPOLITANO</b>	
<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Ausência de planejamento do trânsito, tanto no âmbito municipal quanto metropolitano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de projetos para facilitar a circulação da carga urbana, como o Anel Viário.</li> <li>▪ Goiânia já possui alguns projetos-piloto de corredores preferenciais e exclusivos.</li> <li>▪ Sistema viário que permite acesso e integra todos os municípios da RMG.</li> <li>▪ Sistema viário com potencial para implementação de corredores para o TPC e infraestrutura cicloviária.</li> </ul>
Alto índice de acidentalidade.	
Sistema viário com condições precárias (pavimentação, geometria, sinalização).	
Aumento da frota e do uso de veículos motorizados individuais.	
Falta de infraestrutura viária adequada à circulação de cargas.	
Ausência de planejamento da circulação da carga urbana.	
Perda de competitividade do TPC em relação ao modo motorizado individual.	
Ausência de infraestrutura para o TPC (corredores, terminais, PEDs).	
Ausência de infraestrutura para os deslocamentos a pé e por bicicleta.	

**ASPECTOS INSTITUCIONAIS DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA NA RMG – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO**

**CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO**

<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Iniciência e baixa efetividade do planejamento urbano nas administrações municipais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reconhecimento comum das demandas, temores e conflitos (da população e das administrações municipais)</li> <li>▪ A reformulação do CODEMETRO</li> </ul>
Cultura de baixa cooperação entre municípios da RMG	

**CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE GOVERNANÇA METROPOLITANA: CENÁRIO POLÍTICO-REPRESENTATIVO**

<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
Sub-representação política da RMG	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação das comunidades e da sociedade civil nas oficinas municipais</li> <li>▪ Percepção das vantagens em cooperar</li> <li>▪ Avanços na compreensão sobre a gravidade dos problemas sociais urbanos</li> </ul>
O paroquialismo metropolitano	